



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI DE N.º 001/2022 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

I – Relatório.

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei de n.º 001/2022 de 31 de Janeiro de 2022, que autoriza o Município de Icapuí, estado do Ceará, a firmar convênio (Termo de Cooperação Técnica e Financeira) com a Polícia Militar do Ceará e dá outras providências.

II – Análise.

Trata-se de Projeto de Lei originário do Gabinete do Prefeito Municipal, que tem por objetivo conceder autorização para o Poder Executivo Municipal firmar convênio (Termo de Cooperação Técnica e Financeira) com a Polícia Militar do Estado do Ceará.

O presente projeto busca viabilizar a segurança pública no Município de Icapuí, uma vez que busca a operacionalização da implantação da Base do Raio, que tem por missão constitucional o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

O artigo 114 da Constituição Federal prevê que *“a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”*.

O Termo de Cooperação Técnica e Financeira com a Polícia Militar do Estado do Ceará, aprovação facilitará a segurança pública em todo o município e garantirá a proteção aos direitos individuais de cada cidadão, fazendo com que possam exercer seu direito de cidadania em segurança, como trabalhar, conviver em sociedade e se divertir.

Isto posto, o Projeto de Lei de n.º 001/2021 de 31 de Janeiro de 2022 quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica Municipal, não infringindo norma de direito posta no ordenamento jurídico. Quanto à sua forma, respeitou as disposições contidas para o processo legislativo municipal. Quanto ao aspecto gramatical, este projeto apresenta boa técnica legislativa, mostrando-se perfeito e pronto para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.



III – Voto

Em face do exposto, o Projeto de Lei de n.º 001/2022 de 31 de Janeiro de 2022, quanto aos seus aspectos constitucional, legal ou jurídico bem como quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, não apresenta qualquer incoerência jurídica, portanto, voto pela admissão e aprovação.

É o parecer.

Plenário José Borges dos Reis, em 02 de Fevereiro de 2022.


Marjorie Felix Lucerda Gomes
Relatora



AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO REALIZADA ÀS 11:30 H DO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2022 NO PLENÁRIO JOSÉ BORGES DOS REIS.

No dia 02 de Fevereiro de 2022, no Plenário José Borges dos Reis, às 11:30 hrs, a comissão de justiça e redação, sob a presidência da vereadora Marjorie Felix Lacerda Gomes, esteve reunida para análise do Projeto de Lei de n.º 001/2021 de 31 de Janeiro de 2022. Nesta Ocasão, a senhora Relatora explanou o seu parecer sobre o referido projeto, votando pelo seu acolhimento, sendo seguida pelos demais componentes da comissão, perfazendo o total de três votos a favor da aprovação. Não tendo mais nada a constar, a reunião foi encerrada às 13:00 Hrs.

Plenário José Borges dos Reis, 02 de Fevereiro de 2022.


Marjorie Felix Lacerda Gomes
Presidente


Claudio Roberto de Carvalho
Secretário


Normando Nauto da Silva
Membro